



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE RODAPÉ E RESPECTIVOS INSUMOS DE FIXAÇÃO, DESTINADOS À CONSERVAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



SUMÁRIO

1 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO E NATUREZA DA CONTRATAÇÃO	3
2 DA JUSTIFICATIVA E DOS BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO	3
3 DA DESCRIÇÃO DETALHADA E DOS REQUISITOS DO MATERIAL	3
4 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO)	4
5 DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS	5
6 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS E DE JULGAMENTO	5
7 DA EXECUÇÃO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA	5
8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	6
9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (MPRJ)	8
10 DA GARANTIA DO MATERIAL	9
11 DOS CRITÉRIOS DE FATURAMENTO E PAGAMENTO	10
12 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	12
13 DOCUMENTOS E DEMAIS ANEXOS	13
14 IDENTIFICAÇÃO DOS ELABORADORES	14



1 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO E NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por finalidade precípua a aquisição de rodapés e de seus respectivos insumos de fixação, destinados à modernização, conservação e adequação arquitetônica das edificações ocupadas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), conforme quantitativos, diretrizes normativas e especificações técnicas detalhadas no **Anexo I** deste instrumento.

Em estrita observância ao **artigo 41, inciso I, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021**, eventuais indicações de catálogos ou de marcas comerciais constantes neste Termo de Referência, bem como em seus anexos (como os padrões construtivos da fabricante Santa Luzia) servem única e exclusivamente como **parâmetro balizador de alto padrão de qualidade**. É assegurado aos licitantes o direito irrestrito de ofertar produtos de outros fabricantes, desde que comprovem possuir, obrigatoriamente, a mesma concepção tecnológica, resistência e propriedades visuais exigidas no Anexo I, estando a aceitação condicionada à verificação da Fiscalização.

2 DA JUSTIFICATIVA E DOS BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição insere-se no escopo contínuo de modernização, conservação e adequação física das instalações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. A aquisição dos rodapés e insumos de fixação faz-se imperativa para proporcionar o correto acabamento na junção entre pisos e paredes de forma limpa, protegendo as alvenarias contra impactos mecânicos e umidade proveniente de processos rotineiros de limpeza, garantindo a durabilidade, a estética e a salubridade dos ambientes institucionais.

3 DA DESCRIÇÃO DETALHADA E DOS REQUISITOS DO MATERIAL

As especificações físicas, dimensionais, construtivas e estéticas, bem como os requisitos normativos de qualidade, desempenho, segurança e sustentabilidade inerentes aos rodapés e aos seus respectivos insumos de fixação, encontram-se detalhados no **Anexo I – Especificações Técnicas Detalhadas**, que constitui parte indissociável deste instrumento.

A estrita observância e o atendimento incondicional a todos os parâmetros técnicos, de composição e de rendimento dispostos no referido **Anexo I** consubstanciam condição inafastável para a aceitabilidade da proposta comercial e para o futuro recebimento definitivo dos materiais pela Administração.



4 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO)

Em estrita observância ao princípio da segurança jurídica e ao comando inserto no artigo 72, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o artigo 1º, inciso V, da Portaria Regulamentar SGMP nº 06/2022, a futura contratada deverá comprovar que preenche todos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e qualificação técnico-operacional. A comprovação destas condições será realizada, preferencialmente, mediante consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), cabendo à empresa assegurar a validade e a atualização de seus documentos no referido sistema, nos termos do artigo 87 da Lei nº 14.133/2021.

Com o fito de demonstrar a capacidade de exercer direitos e assumir obrigações no âmbito civil e administrativo, a empresa deverá apresentar a documentação comprobatória de sua existência jurídica e de autorização para o exercício da atividade pertinente ao objeto desta contratação.

Para a salvaguarda do Ministério Público contra eventual responsabilização solidária ou subsidiária, a empresa proponente deverá comprovar sua plena regularidade, conforme as exigências do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes documentos ou de suas respectivas certidões negativas (ou positivas com efeito de negativa):

- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal de sua sede;
- Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o estrito cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a regularidade perante a Justiça do Trabalho;



5 DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas na forma de preço constante do ANEXO III.

Na proposta de preço deverá constar:

- Seu prazo de validade (o qual não poderá ser inferior a 60 dias);
- A discriminação detalhada dos materiais ofertados, incluindo, quando aplicável, marca e modelo;
- A quantidade solicitada;
- O valor unitário e total;
- O prazo de entrega;
- A garantia, quando aplicável;
- Dados relacionados à sociedade empresária, como nome fantasia, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefones de contato e e-mail.

Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas que possam influir direta ou indiretamente nos custos, tais como tributos, licenças, análises, transporte, pedágios, estadas, multas, mão de obra para carga/descarga dos materiais, garantia/assistência técnica, dentre outros.

6 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS E DE JULGAMENTO

O julgamento das propostas comerciais será processado adotando-se o critério de Menor Valor Global, ou outro que venha a ser estipulado no instrumento convocatório, dada a natureza da contratação.

Para fins de aceitabilidade técnica e material da proposta classificada em primeiro lugar, a Administração exigirá que o proponente atenda irrestritamente a todos os parâmetros mínimos de qualidade, dimensões, padronização e diretrizes definidos no Anexo I deste Termo de Referência.

7 DA EXECUÇÃO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

O fornecimento do quantitativo total do objeto deverá ocorrer nas dependências do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, conforme indicado no **Anexo IV** deste Termo de Referência.



- A entrega dar-se-á rigorosamente sob a modalidade CIF (Cost, Insurance and Freight).
- A Contratada ou a transportadora por ela designada assumirá integral e exclusiva responsabilidade por toda a logística de descarregamento, providenciando equipe de carregadores em número suficiente.
- É terminantemente vedado requisitar o auxílio de servidores, terceirizados ou seguranças do MPRJ para a movimentação das cargas.

O prazo para a entrega total do objeto será de **até 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos**, contados a partir da data de recebimento formal da Nota de Empenho.

- A entrega deverá ser previamente agendada junto à Fiscalização da Gerência de Manutenção Civil (GMC), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ocorrendo exclusivamente em dias úteis e dentro do horário de expediente regular da unidade, salvo autorização expressa em contrário.

Tratando-se de aquisição de bens, o rito de recebimento do material obedecerá ao escopo bifásico preconizado no **artigo 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, a saber:

Recebimento Provisório (Ato da Entrega):

Dar-se-á de forma sumária no local de entrega, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante conferência quantitativa preliminar.

Recebimento Definitivo (Análise Qualitativa):

Dar-se-á no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

- O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita qualidade do material e por vícios redibitórios (ocultos) que venham a ser descobertos apenas no momento posterior da instalação pela equipe do MPRJ.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, em especial as diretrizes do **artigo 92 da Lei nº 14.133/2021**, constituem obrigações e responsabilidades inafastáveis da CONTRATADA:

- Entregar os rodapés e os insumos de fixação rigorosamente de acordo com as especificações, marca e modelo aprovados na fase de aceitabilidade, em embalagens originais, isentos de defeitos de



fabricação, empenamentos ou vícios ocultos, substituindo às suas expensas qualquer material recusado pela Fiscalização.

- É terminantemente **vedada a alteração da marca ou do modelo do produto** após a adjudicação do objeto. A substituição excepcional somente será admitida mediante prévia e formal justificativa da Contratada, comprovando motivo de força maior (ex: descontinuidade de fabricação), e desde que o novo produto ofertado seja de qualidade reconhecidamente **igual ou superior** ao original.
- Efetuar a entrega sob a modalidade **CIF (Cost, Insurance and Freight)**, responsabilizando-se por todos os custos operacionais de frete, seguro, tributos e descarregamento das caixas no local exato indicado no Anexo IV deste Termo de Referência.

Responder integral e objetivamente por quaisquer danos físicos, avarias ou prejuízos causados ao patrimônio do MPRJ ou a terceiros, decorrentes de imperícia ou negligência de seus funcionários ou da transportadora subcontratada durante a movimentação de carga, arcando com os custos de reparação imediata.

Assumir a responsabilidade exclusiva por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento, não havendo, sob nenhuma hipótese, vínculo empregatício entre os empregados da Contratada (ou da transportadora) e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Garantir que os profissionais designados para a entrega e o transporte vertical das caixas compareçam ao MPRJ devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados à movimentação ergonômica de carga (como botas de segurança e luvas), eximindo a Administração de qualquer responsabilidade civil ou penal por eventuais acidentes de trabalho ocorridos durante a descarga.

Em estrita observância ao **artigo 119 da Lei nº 14.133/2021**, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de falha de fabricação, transporte inadequado ou armazenamento incorreto.

- A substituição de produtos avariados deverá ocorrer no prazo máximo e improrrogável de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da notificação formal expedida pela Fiscalização, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

A Contratada e seus prepostos (entregadores/transportadora) obrigam-se a observar incondicionalmente as diretrizes da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018)** e da **Lei Anticorrupção (Lei nº**



12.846/2013).

- Fica expressamente **vedado** aos entregadores e motoristas fotografar, filmar ou gravar as dependências internas do MPRJ sem autorização expressa, bem como oferecer brindes, favores ou vantagens pecuniárias de qualquer natureza aos servidores públicos, pregoeiros ou fiscais de contrato, sob pena de rescisão imediata e responsabilização administrativa e penal da empresa.

9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (MPRJ)

Em estrita observância aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, bem como às diretrizes da **Lei nº 14.133/2021**, constituem obrigações e prerrogativas inafastáveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

- Designar formalmente, nos termos do **artigo 117 da Lei nº 14.133/2021**, o Gestor e o Fiscal do Contrato (ou instrumento equivalente), os quais atuarão como representantes da Administração na unidade requisitante (Gerência de Manutenção Civil - GMC), com autoridade para exercer o acompanhamento, o controle e a fiscalização do fornecimento do material.
- Anotar em registro próprio (autos do processo eletrônico) todas as ocorrências relacionadas à entrega do rodapé e insumos de fixação, determinando à Contratada a regularização imediata de faltas ou defeitos observados.
- Garantir aos funcionários da Contratada (ou da transportadora por ela designada) o livre acesso às dependências do Almoxarifado Central, nos dias e horários previamente agendados e autorizados pela Fiscalização, providenciando as liberações necessárias junto à segurança predial para viabilizar a descarga do material.
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos prepostos da Contratada, desde que pertinentes à perfeita logística de entrega do objeto.
- Receber o objeto de forma provisória e definitiva, nos estritos prazos e ritos estabelecidos no Capítulo 7 deste Termo de Referência (em conformidade com o **artigo 140 da Lei nº 14.133/2021**).
- **Delimitação de Responsabilidade da Fiscalização (Acórdão nº 6.138/2025-TCU):** Consoante o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, resta estabelecido que o ateste de recebimento definitivo exarado pela Fiscalização da GMC no documento fiscal refere-se, precipuamente, à conformidade aparente,



métrica e quantitativa das embalagens no ato da entrega. **Tal ateste não exime, atenua ou extingue a responsabilidade civil, administrativa e técnica da Contratada por vícios redibitórios (ocultos) ou defeitos de fabricação** que venham a ser detectados posteriormente, seja durante a abertura das caixas para instalação ou durante todo o período de fruição da garantia quinquenal estipulada.

- Notificar formalmente a Contratada, por escrito, sobre quaisquer vícios, defeitos, empenamentos ou irregularidades identificadas nos rodapés e/ou insumos, fixando prazo para a substituição do material, sob pena de recusa do lote e aplicação de sanções.
- Garantir à Contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa prévia antes da aplicação de qualquer sanção administrativa motivada por atraso na entrega ou falha qualitativa.
- Efetuar o pagamento devido à Contratada nos prazos, valores e condições estabelecidos no presente Termo de Referência e no instrumento contratual (ou nota de empenho), mediante a devida liquidação da nota fiscal.
- Observar rigorosamente a ordem cronológica de pagamentos, em atendimento ao **artigo 141 da Lei nº 14.133/2021**, exigindo, previamente a cada liquidação, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal exigidas na contratação.

10 DA GARANTIA DO MATERIAL

Em estrita observância ao **artigo 92, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021** e aos ditames da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor, aplicável subsidiariamente), o material fornecido estará sujeito a regras de garantia contra defeitos de fabricação e vícios redibitórios.

- A Contratada deverá assegurar, com o respaldo do fabricante, garantia técnica integral contra defeitos de fabricação por um prazo mínimo de **5 (cinco) anos** para uso comercial, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- A licitante vencedora deverá entregar, juntamente com o material, o Certificado de Garantia original emitido pelo fabricante, atestando a cobertura para o lote fornecido.

A garantia exigida deverá cobrir, obrigatoriamente e sem qualquer ônus financeiro para o MPRJ (incluindo isenção total de custos de frete para reposição), as seguintes anomalias intrínsecas ao produto:

- **Integridade do Material:** Resistência a cupins, mofo e apodrecimento, características do poliestireno;



- **Defeitos de Fabricação:** Descolamento ou deslocamento da pintura original de fábrica;
- **Vícios Estéticos de Origem:** O desbotamento precoce da cor não causado por exposição direta e contínua à luz solar.

A lavratura do Termo de Recebimento Definitivo pela Fiscalização da GMC **não exclui nem atenua a responsabilidade da Contratada por vícios ocultos** que só venham a ser detectados no momento da instalação pela equipe do MPRJ.

- Identificado o vício oculto, a Administração notificará a Contratada, que terá o prazo inarredável de **10 (dez) dias corridos** para recolher o material defeituoso e substituí-lo.

Tendo em vista a natureza desta contratação (estrita aquisição de bens), resta expressamente pactuado que a Contratada **não** possuirá responsabilidade civil sobre vícios decorrentes de falhas na execução da instalação. Contudo, é vedado à Contratada ou ao fabricante presumir, de forma unilateral e sem laudo técnico fundamentado, que eventual defeito apresentado no material seja decorrente de falha de instalação para se eximir da garantia.

Na hipótese de acionamento da garantia e efetiva substituição de materiais viciados, o prazo de garantia legal e contratual será interrompido e **reiniciado integralmente** para os novos materiais fornecidos, a contar da data de sua efetiva entrega e aceite no MPRJ.

11 DOS CRITÉRIOS DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

Em estrita observância às normas de Direito Financeiro e aos preceitos da **Lei nº 14.133/2021**, o rito de liquidação e pagamento da despesa decorrente desta aquisição obedecerá às seguintes diretrizes:

Da Condição Essencial para Pagamento (Liquidação):

- O pagamento será efetuado em **parcela única**, correspondente ao fornecimento integral do objeto deste Termo de Referência.
- É terminantemente vedada a realização de pagamento antecipado. A liquidação da despesa está inafastavelmente condicionada à prévia emissão do **Termo de Recebimento Definitivo** pela Fiscalização da Gerência de Manutenção Civil (GMC).

Da Emissão da Nota Fiscal e Documentação Comprobatória:

- A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) contendo a descrição exata do objeto (marca, linha, espessura e cor), e o número da respectiva Nota de Empenho.



- A Nota Fiscal deverá ser apresentada acompanhada do Certificado de Garantia do Fabricante (comprovando os 5 anos de cobertura contra defeitos de fabricação estipulados no Capítulo 10) e do comprovante de entrega (canhoto assinado pelo recebedor no local).

Do Prazo e Rito de Pagamento (Ordem Cronológica):

- O pagamento será efetuado mediante crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data de atestação (liquidação) da Nota Fiscal Eletrônica pela Fiscalização do MPRJ.
- O processamento do pagamento observará rigorosamente a **ordem cronológica de exigibilidade** para a categoria de contratos de "fornecimento de bens", em obediência ao **artigo 141, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

Da Exigência de Regularidade Fiscal (SICAF) e Retenções:

- Previamente ao encaminhamento da ordem de pagamento, a Administração verificará, por meio de consulta ao SICAF ou aos sites oficiais, a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas na fase de contratação.
- Constatada eventual irregularidade, a Contratada será notificada para regularizar sua situação. A permanência da irregularidade não impedirá o pagamento pelos bens já efetivamente entregues e atestados (sob pena de enriquecimento ilícito do Estado), mas ensejará a imediata comunicação aos órgãos arrecadadores e a abertura de processo administrativo sancionatório contra a infratora, sem prejuízo da retenção de créditos decorrentes de multas aplicadas.

Da Atualização Financeira por Atraso (Correção Monetária):

- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento motivados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, calculados *pro rata die* entre a data prevista para o pagamento e a data da efetiva quitação, utilizando-se o índice de correção monetária legalmente admitido e previsto na Nota de Empenho ou instrumento contratual.
- Não caberá atualização financeira se o atraso no pagamento decorrer de falha da Contratada na emissão da Nota Fiscal, de erros nos dados bancários informados ou de recusa na substituição de materiais viciados identificados no recebimento provisório.



12 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em estrita observância aos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e ao **artigo 11 da Resolução GPGJ nº 2.628/2024**, que exige a previsão detalhada de sanções nos instrumentos convocatórios, a Contratada estará sujeita à responsabilização administrativa caso incorra em condutas ilícitas ou descumpra as obrigações assumidas.

Comete infração administrativa, sujeitando-se às penalidades legais, a Contratada que:

- I.** Der causa à inexecução parcial do contrato (ex: entregar quantidade inferior a exigida ou furtar-se a substituir embalagens com avarias físicas de transporte);
- II.** Der causa à inexecução total da contratação (ex: abandono do fornecimento após a emissão da Nota de Empenho);
- III.** Ensejar o retardamento injustificado da execução (ex: atrasar a entrega além do prazo máximo de 45 dias fixado no Capítulo 7);
- IV.** Entregar o material com vícios de qualidade, com dimensões inferiores as exigidas;
- V.** Deixar de entregar a documentação acessória essencial à perfeita fruição do bem (em especial, o Certificado de Garantia de 5 anos emitido pelo fabricante);
- VI.** Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta contratação ou cometer fraude na entrega da amostra (ex: enviar catálogo original da marca de referência e, no descarregamento, entregar rodapés e/ou insumos falsificados ou de marca inferior não aprovada).

Garantido o prévio contraditório e a ampla defesa no bojo do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), a Contratada infratora estará sujeita às seguintes sanções, conforme os parâmetros do **artigo 12 da Resolução GPGJ nº 2.628/2024**:

- I - Advertência:** Aplicável exclusivamente por faltas leves que não acarretem prejuízos significativos ao MPRJ, desde que a Contratada sane o vício no prazo estipulado pela Fiscalização.
- II - Multa:** Aplicável de forma isolada ou cumulativa com as demais sanções, recaindo sobre o valor total adjudicado ou sobre a parcela inadimplida.
- III - Impedimento de Licitar e Contratar:** Aplicável nos casos de inexecução contratual ou retardamento grave, com prazo máximo de até 3 (três) anos, com abrangência na Administração Pública Estadual.
- IV - Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar:** Aplicável nos



casos de fraude à licitação, apresentação de documento falso ou conduta dolosa, com prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A sanção pecuniária (multa) será calculada com base na gravidade da conduta, na reincidência e no dano causado ao erário, obedecendo aos seguintes limites:

- **Multa Moratória (Atraso):** 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia corrido de atraso injustificado na entrega do material ou na substituição de materiais rejeitados, calculada sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 10% (dez por cento).
- **Multa Compensatória (Inexecução):** De 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total do contrato (Nota de Empenho), em caso de inexecução total ou entrega de material imprestável, sem prejuízo do cancelamento da nota de empenho.
- O valor da multa aplicada será retido cautelarmente dos pagamentos devidos à Contratada, ou, se for o caso, cobrado judicialmente e inscrito em Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro.

A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos ilícitos, estendendo-se os efeitos das sanções (como o impedimento de licitar) aos seus administradores e sócios com poderes de administração, conforme artigo 160 da Lei nº 14.133/2021.

13 DOCUMENTOS E DEMAIS ANEXOS

Os documentos listados neste capítulo constituem anexos físicos e lógicos indissociáveis do presente Termo de Referência, possuindo idêntico valor jurídico, técnico e normativo. A futura Contratada, bem como as empresas participantes da fase preparatória de pesquisa de preços e seleção, obrigam-se a observar irrestritamente as diretrizes, especificações e métricas neles contidas, sob pena de desclassificação sumária da proposta ou sanção por inexecução contratual.

Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

- **ANEXO I – Especificações Técnicas Detalhadas dos Materiais**
- **ANEXO II – Catálogo Técnico de Referência do Material**
- **ANEXO III – Planilha Orçamentária**
- **ANEXO IV – Acesso ao Local de Entrega**



14 IDENTIFICAÇÃO DOS ELABORADORES

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Setor	Responsável/Cargo	Assinatura
GMC	Carlos Alberto Maciel Santos (Gerente de Manutenção Civil)	Carlos Alberto Maciel Santos Assinado de forma digital por Carlos Alberto Maciel Santos Dados: 2026.04.10 12:18:18 -03'00'
GMC	Patrícia Franklin Figueiredo De Sousa Brito (Ocupante Exclusivo de Cargo em Comissão)	Patrícia Franklin Figueiredo de Sousa Brito Assinado de forma digital por Patrícia Franklin Figueiredo de Sousa Brito Dados: 2026.04.10 15:18:55 -03'00'
GMC	Mario da Silva Pereira (Encarregado Administrativo – Assessoramento Técnico)	Mario da Silva Pereira Assinado de forma digital por Mario da Silva Pereira Dados: 2026.04.10 10:19:14 -03'00'

ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Setor	Responsável/Cargo	Assinatura
GMC	Mylena dos Santos Moreira (Assistente Administrativo)	Mylena dos Santos Moreira Assinado de forma digital por Mylena dos Santos Moreira Dados: 2026.04.10 10:27:26 -03'00'

AUTORIZAÇÃO PARA SEGUIMENTO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Responsável / Cargo	Assinatura
Maurício Faria Barbosa (Diretor de Operação e Manutenção)	Maurício Faria Barbosa Assinado de forma digital por Maurício Faria Barbosa Dados: 2026.04.10 14:50:36 -03'00'